

DOSSIÊ

EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO: A PROBLEMÁTICA DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES (UFPA)¹

RONALDO MARCOS DE LIMA ARAÚJO (UFPA)²

GILMAR PEREIRA DA SILVA (UFPA)³

(ORGANIZADORES)

1 Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá e do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPA. Doutor em Educação pela UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal do Pará – GEPE/UFPA. E-mail: <doriedson@ufpa.br>.

2 Professor do Instituto de Educação da UFPA (Graduação e Pós-Graduação). Doutor em Educação pela UFMG. Pesquisador da área de Trabalho e Educação. Bolsista produtividade do CNPq. E-mail: <rlima@ufpa.br>.

3 Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá e do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPA. Doutor em Educação pela UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal do Pará – GEPE/UFPA. E-mail: <gpsilva@ufpa.br>.

APRESENTAÇÃO

As múltiplas e intrincadas inter-relações entre trabalho e educação exigem dos pesquisadores desse campo um olhar cuidadoso, por excelência. Nesse sentido, Konder (2000, p.112)⁴ nos ajuda a compreender porque não é possível analisar em profundidade a educação e a formação humana descolados da categoria trabalho ao afirmar que

toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação.

Considerando esse imbricamento entre trabalho e educação, é fundamental investigar como ele ocorre na sociedade capitalista, na qual a dimensão ontológica, ou ontocriativa, do trabalho foi subsumida a uma única face da sua dimensão histórica: trabalho restrito a emprego, o que reduz seu conceito à relação de compra e venda da força de trabalho por meio de um contrato (assimétrico).

Nesse contexto, educar se confunde com formar para o mercado de trabalho. Além disso, na fase atual de hegemonia neoliberal, se desvanece o antes anunciado pleno emprego, pois não faz parte dessa racionalidade. Em seu lugar forja-se o conceito de empregabilidade: já que, *naturalmente*, não há emprego para todos, cabe a cada indivíduo tornar-se empregável, o mais empregável possível, para poder competir com os demais e chegar à frente na luta pelo emprego, cada vez mais precarizado, via subcontratações e subempregos a tempo, continuamente, parcial. Mesmo com todo esse esforço para tornar-se empregável, não há como garantir o emprego e, portanto, o indivíduo tem que ser empreendedor. Nesse sentido, empreendedorismo é a palavra de ordem na sociedade da hegemonia do capital.

Assim, numa perspectiva crítica de análise, para além de compreender essas relações no modo capitalista de produção, é fundamental produzir conhecimentos que contribuam para o fortalecimento do trabalho, assumindo-o em sua dimensão ontológica, ou seja: nas relações estabelecidas entre o ser humano e a natureza, no sentido de transformá-la e alterar as condições naturais em vista da melhoria coletiva da qualidade da vida de homens e mulheres e, dessa forma, construir e transformar a própria história humana. Isso vai ao encontro de Marx (2006, p.211),⁵ ao advogar que,

antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

⁴ Cf. KONDER, Leandro. **A construção da proposta pedagógica do SESC Rio**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

⁵ Cf. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Santana. 24.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 571p.

Nessa perspectiva, os estudos sobre Trabalho e Educação constituem-se em campo essencial à compreensão da esfera educacional e da própria sociedade. Apesar disso, não são muitos os pesquisadores que se dedicam ao campo e, em consequência, os grupos de pesquisa que investigam essas relações.

Um dos grupos de pesquisa mais ativos no momento é o Grupo de Estudos sobre Trabalho e Educação (GEPE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA e que, fundamentado no materialismo histórico dialético, tem como objeto de reflexão as relações trabalho e educação. Essa opção de pesquisa exige compreender o conceito de trabalho e sua centralidade nas transformações societárias em curso e suas implicações para a educação, compreendida como formação humana. Além disso, entre muitas outras subtemáticas, convoca a refletir sobre os meandros da educação escolar e não escolar de jovens e adultos e suas relações com a formação profissional. No caso específico do GEPE, há ainda o engajamento na produção de conhecimento sobre o assunto na Região Norte do país, em especial no Estado do Pará.

Abrindo o conjunto dos estudos, José Manuel Castro e Lucília Machado são os responsáveis pela “Avaliação Internacional do Modelo Curricular e Pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique”, realizada no âmbito de um projeto da Fundação Portugal – África (2011). Como se vê, o GEPE discute as relações entre trabalho e educação sob o enfoque do materialismo histórico-dialético, direcionando suas pesquisas para questões mais gerais do campo e para as especificidades locais e regionais nas quais está inserido.

É nesse contexto que, anualmente, o GEPE vem promovendo o Seminário sobre Trabalho e Educação, constituindo-se no evento mais significativo na área de Trabalho e Educação do Estado do Pará.

Essa atividade se consubstancia em um importante meio de fortalecimento da pesquisa e pós-graduação, reunindo estudantes e pesquisadores locais e convidados de outros programas brasileiros, resultando em oportunidade de apresentação de estudos e discussões e compartilhamento de ideias nas diversas vertentes e temáticas da área.

Quando de sua sétima edição, realizada em outubro de 2011, propôs-se para o *Seminário* o tema *Uma década de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação na Amazônia*, em alusão aos dez anos que o GEPE/UFPA completava naquele ano, oferecendo à comunidade um espaço para diálogos com todos os autores que, ao longo desses anos, foram convidados e estiveram participando dos seminários realizados pelo grupo, contribuindo assim com a ampliação das ações de pesquisa do GEPE e da área na Região Norte.

O tema do evento alinhava-se também com a perspectiva de se ampliar a discussão da produção realizada no estado do Pará, na Região Norte, e mesmo nas demais regiões brasileiras, no que se referisse ao campo de pesquisa em Trabalho e Educação, agregando outros estudantes e pesquisadores. Além disso, tratou-se de uma versão do Seminário em que, pela primeira vez, tivemos apresentação de trabalhos na forma de comunicação oral e pôsteres, estimulando a discussão dos resultados e do andamento das pesquisas.

Durante o evento, foram publicados os *Anais do VII Seminário sobre Trabalho*

e Educação: uma década de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação na Amazônia, privilegiando trabalhos que relatassem pesquisas concluídas ou em andamento, um total de 53 trabalhos resultantes de comunicações e de 26 pôsteres reunidos, refletindo um recorte da pesquisa brasileira no campo Trabalho e Educação e o seu atual grau de desenvolvimento.

Os trabalhos abordavam temas e apontavam tendências no âmbito das temáticas dos Grupos de Trabalho definidos para esse evento: Trabalho e Educação e Políticas de Estado; Trabalho e Educação e Movimentos Sociais; Trabalho e Ensino Médio e Educação Profissional Tecnológica; Fundamentos da relação Trabalho e Educação; Qualificação Profissional e Competências; Trabalho na Amazônia, Trabalho Infantil, Escravo e Doméstico; Trabalho, Educação e Direitos Humanos; Trabalho e Educação na Amazônia; Trabalho Docente. Com esses grupos pretendeu-se representar as diferentes perspectivas adotadas pela área, traçando os contornos do Trabalho e Educação no Brasil.

No presente *dossiê*, contudo, são apresentados oito estudos de pesquisadores que estiveram presentes ao *VII Seminário sobre Trabalho e Educação*, promovido pelo GEPE, em outubro de 2011, versando sobre questões ligadas à formação dos trabalhadores em interface com a questão do ensino integrado, sem deixar de lado as questões relacionadas à orientação das práticas pedagógicas em si e a abordagem das implicações para o desenvolvimento no atual estágio de reprodução social do capital. Abrangem questões importantes sobre o campo trabalho e educação, discutindo aspectos mais gerais da formação humana, além de algumas especificidades relacionadas à Amazônia, à educação profissional e sua relação com a educação básica e às escolas profissionais moçambicanas.

Abrindo o conjunto dos estudos, José Manuel Castro e Lucília Machado são os “responsáveis pela Avaliação Internacional do Modelo Curricular e Pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique”, realizada no âmbito de um projeto da Fundação Portugal – África, em setembro de 2011. Em *Lições de África: o modelo curricular das escolas profissionais moçambicanas*, os autores propõem-se a “ilustrar e refletir acerca da relevância do modelo curricular e pedagógico dessas escolas na promoção intencional de espaços de produção de saberes e de cultura, de organização coletiva”, sem deixar de lado a reciprocidade, as relações democráticas e “de estímulo à solidariedade e ao associativismo, de modo a tornar seus alunos capazes de construir, com iniciativa, respostas ao desemprego estrutural, à estagnação econômica e à pobreza no seu país”. Na elegante exposição dos autores, não se deve prescindir de sempre lembrar Mia Couto (2011)⁶ a nos dizer que

[...] essa ideia de que a África é muito diferente, muito exótica existe só na cabeça de algumas pessoas. Mas há uma coisa que é preciso ser dita. Em uma sociedade que é muito pobre, às cinco da manhã, às vezes eu saio de casa e vejo as pessoas já acordadas, atravessando quilômetros a pé, andando 30, 40 quilômetros para ir à escola, saindo de casa sem o café da manhã e tomando simplesmente uma xícara de chá com muito açúcar para dar energia, para ir para a escola aprender. Eu tenho um

⁶ Cf. COUTO, Mia. **11 perguntas (de adolescentes) para Mia Couto**: e uma entrevista inspiradora. 2011. Entrevista concedida aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio São Luís. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/blog/biblioteca-basica/2011/08/19/11-perguntas-de-adolescentes-para-mia-couto-uma-entrevista-inspiradora/>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

prazer enorme de ir às escolas em Moçambique, porque os meninos estão ali com uma fé quase religiosa. Eles estão ali absorvendo, têm os olhos abertos até o infinito, estão completamente ali. Não se ouve uma mosca passando na sala. É um investimento que eles fazem em uma outra esperança, em uma outra crença. É impressionante. Mas há escolas em Moçambique nas quais eu não vou: a escola americana, por exemplo, que é uma chatice. É uma vida feita de facilidades, em contraste com essa vida de conquistas, em que as pessoas têm de sair de manhã e têm de lutar. Às vezes nem tenho coragem de perguntar a esses meninos o que eles fizeram para chegar à escola naquele dia.

Essa imagem que, se não nos inspira, no mínimo, deveria nos encorajar, pode nos dar lastro para o olhar sobre o que nos apresentam Ronaldo Marcos de Lima Araújo, Doriedson do Socorro Rodrigues e Gilmar Pereira da Silva em *Ensino integrado como projeto político de transformação social*. Os autores nos apresentam uma “sistematização de ideias que têm servido como referências para práticas pedagógicas contra-hegemônicas, tendo em vista a possibilidade de orientarem a definição das finalidades de uma prática pedagógica integradora”. Nessa trilha, desenvolvem a reflexão de “que os fins da educação têm caráter social e político e que a finalidade da educação escolar deve ser a de promover o ser humano em suas amplas capacidades”, manifestando a compreensão de que as finalidades da educação devem ser construídas de modo a estarem com o foco voltado aos “efeitos que a formação possa ter para os sujeitos e para a sociedade e não na mera instrução”.

Recuperando uma vez mais o que Mia Couto (2011) nos relatava há pouco, é esse foco que nos permitiria a articulação com o que nos apresenta Maria Ciavatta em *O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?* A autora discute o ensino médio, postulando que o mesmo “precisa de uma elaboração relativa à integração de conhecimentos no currículo, ou seja, um *currículo integrado*”, no sentido de que este seja “pensado como uma relação entre partes e totalidade na produção do conhecimento, em todas as disciplinas e atividades escolares”. As reflexões explicitadas partem “da história das palavras e das ações que registram a travessia para mudanças sociais, no sentido de alterar a qualidade da educação sob o ideário da politecnia” num momento em que os “embates sobre políticas para o ensino médio e a educação profissional” são de fundamental importância para que se construam, efetivamente, alternativas de uma educação integrada no país. Nessa trajetória, Ciavatta indica “alguns elementos da educação politécnica e sua realização na Revolução de 1917 e na Revolução Cubana”, discute “a formação integrada quanto ao termo e seu significado” e recupera aspectos singulares e importantes no que diz respeito à “disputa sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação técnica profissional de nível médio hoje, no Brasil”.

A disputa política, pedagógica e ideológica, comparece em *Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores*, texto no qual Marise Ramos se propõe à discussão da filosofia da práxis como princípio que orienta “filosófica, epistemológica e pedagogicamente um projeto ético-político de formação de trabalhadores na escola”. A autora reconhece que tal princípio necessita ser apropriado pela escola, configurando-se, portanto, como objeto de disputa política e conclui afirmando “a pertinência de se tentar resgatar do materialismo histórico-

dialético o seu fundamento”, na “compreensão radical das relações sociais, reafirmando-o como o próprio fundamento da educação de trabalhadores”. No entendimento da autora, a abordagem pedagógica da concepção de ensino médio integrado coloca diante de nós um desafio principal: “a relação entre particularidade e totalidade”.

Essa relação, pode-se dizer, aparece tacitamente quando nos deparamos com *Educação e desenvolvimento: que relação é essa?* Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos apresenta “elementos para discussão sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento econômico com foco na Amazônia brasileira”, problematizando o tema e indicando “que, apesar de suas potencialidades de recursos de toda ordem, importantes na conformação que o Brasil tem hoje no concerto das nações, ainda não ocupa posição condizente com sua estatura”. Essa posição, no entendimento da autora, “é tratada de forma desigual” e grande parte da população da Amazônia “vive em situação de extrema pobreza” e, para ela, “as políticas públicas ainda são incipientes, não antecipatórias e mal direcionadas, particularmente, por não serem priorizadas nem consideradas suas especificidades”. Trata-se de um estudo que, embora presente em seu título a relação “educação e desenvolvimento”, não defende “a educação como capital humano”, mas a “educação em seu sentido ontológico”, de necessidade para a vida do homem, para que saiba pensar, para que saiba “decifrar os signos [...], estabelecer as relações entre os fenômenos, procurando ver suas essências e não a aparência, o superficial apenas”.

Nada superficial são as “notas a respeito do problema do desenvolvimento diante de fatos novos do metabolismo social e do papel que nele cumpre a educação”, apresentadas por Justino de Sousa Junior em *Educação e desenvolvimento - A reprodução social da ordem regressivo-destrutiva do capital*. Sua preocupação é “compreender como educação e desenvolvimento se localizam no contexto da exacerbação das tendências regressivas e destrutivas da reprodução social”, num contexto cujas relações econômicas produzem, “crescentemente, uma população supérflua cada vez mais numerosa e prescindível para as necessidades centrais da acumulação de capital”. O poder destrutivo e o tom regressivo do processo de acumulação capitalista indicam um processo permanente de crise e “esgotamento da capacidade civilizatória do capital, que traz consigo, por sua vez, o esgotamento da capacidade, assim como o abandono da promessa de realizar os ideais democráticos da educação plenamente”.

Em seguida, Paolo Nosella, considerando que “o trabalho é o princípio educativo geral de todo processo educativo e, naturalmente, de todo sistema escolar”, além de considerar como um componente do núcleo teórico da noção de trabalho o conceito de território, tal como formulado por Santos e Silveira (2001),⁷ “defende a ideia de que a especificidade pedagógica para cada grau e modalidade escolar decorre do momento vivido pelo jovem em busca de sua definição moral, intelectual e social”. Procura mostrar, a partir das categorias território e trabalho como princípio educativo, que “a instituição escolar tradicional produziu o êxodo dos melhores alunos para os grandes centros urbanos do País ao educá-los no individualismo e

⁷ Cf. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

na infidelidade ao seu território”. Além disso, trata-se de um estudo que destaca “a Pedagogia da Alternância como uma fórmula pedagógica adequada, entre outras, para envolver família, escola e território como atores principais na formação das crianças e dos jovens, responsáveis diretos do currículo”.

Concluindo o dossiê, Adriana Maria Paulo da Silva e Ramon de Oliveira, em *O trabalho docente anunciado no Diário de Pernambuco entre 1851 e 1890*, analisam, considerando a segunda metade do século XIX, “a situação estrutural da escolarização da província [de Pernambuco] e do Recife, [especificamente], no período em questão”, partindo da análise dos “variados perfis dos anunciantes [no *Diário de Pernambuco*] encarregados do ensino das disciplinas escolarizadas e os usos por eles feitos dos anúncios, como estratégia para divulgação de seus serviços”. Trata-se de pesquisa histórica que evidencia a existência da docência particular “como um tipo de serviço praticado na interseção de vários outros, principalmente daqueles que ligavam as casas à rua, o privado ao público, na fronteira entre a prestação de um tipo de serviço liberal e dos serviços domésticos”.

Neste dossiê, finalmente, e é preciso frisar, os oito textos encontram-se relacionados pela defesa de uma educação que possibilite o desenvolvimento integral do homem, radicalmente voltada para a construção efetiva de sua emancipação, constituindo-se em fruto de intenso debate que permeou o *VII Seminário sobre Trabalho e Educação*.

Dito isso, sua publicação pela Revista Trabalho & Educação parte do princípio de que o desenvolvimento científico depende, fundamentalmente, da comunicação e de discussão dos resultados de pesquisa. Junto disso, a exemplo dos integrantes do GEPE, explicita-se o compromisso ético-político com a transformação da sociedade do capital em uma sociedade justa e igualitária, tendo como uma das suas ações concretas a produção e difusão do conhecimento científico sobre o campo trabalho e educação.

Pode-se então considerar que os(as) leitores(as) encontrarão aqui importante contribuição para a disseminação da pesquisa brasileira nesse campo.

Boa leitura a todos(as)!

Natal/Belo Horizonte, fev./abr. 2014.

Dante Henrique Moura⁸

Ailton Vitor Guimarães⁹

⁸ Doutorado em Educação pela Universidade Complutense de Madri, Graduação em Engenharia Elétrica pela UFRN, Técnico em Eletrotécnica pela ETEFRN. Professor do Núcleo de Formação Pedagógica e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), ambos no IFRN. E-mail: <dante.moura@ifrn.edu.br>.

⁹ Doutorado em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana. Professor do CEFET-MG. E-mail: <vitor@deii.cefetmg.br>.